

The Inclusion of Students With Autistic Spectrum Disorder-As and Their Challenges In Physical Education Classes In Basic Education

ISSN: 2178-7514

Vol. 16 | Nº. 2 | Ano 2024

Beatriz dos Santos¹; Ricardo Pablo Passos^{2,7}; Adriano de Almeida Pereira^{2,5};
 Bráulio Nascimento Lima²; Bruno de Souza Vespasiano⁴; Carlos Henrique Previtall Fileni²;
 Mariela de Santana Maneschy³; Guanis de Barros Vilela Junior^{2,7}; Alexandre Freitas de Carvalho⁶

RESUMO

Segundo a Declaração de Salamanca o acesso à educação é um direito constitucional com garantia universal que contempla todos os sujeitos. A inclusão é um ato que está contemplado no paradigma de uma sociedade democrática, assumindo um compromisso com o respeito aos cidadãos e à cidadania, pois, o ensino se constrói na pluralidade e na ideia de que os alunos não são capazes de construir sozinho seu conhecimento de mundo. Dessa forma, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e bibliográfica, realizada a partir das bases de dados eletrônicos Scielo e Google Acadêmico, tendo por objetivo evidenciar os desafios enfrentados pelas instituições de ensino e pelos docentes para inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista nas aulas Educação Física do ensino básico. Compreende-se que para a inclusão é preciso a adoção de um método educacional voltada para a valorização da diversidade, e comprometida com a construção de uma sociedade inclusiva e, não apenas adaptável à disciplina. Em se tratando do educando com Transtorno Do Espectro Autista, para iniciar o desenvolvimento de atividades dentro do ambiente escolar, é necessário que o professor conheça cada aluno e suas individualidades, para assim realizar as adaptações necessárias, por isso, é indispensável o diálogo entre os envolvidos durante todo o processo de adaptação na sociedade. E ainda, cabe ressaltar que garantir que a inclusão seja efetivada não é responsabilidade apenas do professor de Educação Física e sua metodologia de ensino, mas, requer esforços coletivos de toda a escola e comunidade.

Palavras-chave: Educação Física escolar; transtorno do espectro autista; inclusão educacional.

ABSTRACT

According to the Salamanca Declaration, access to education is a constitutional right with a universal guarantee that covers all subjects. Inclusion is an act that is contemplated in the paradigm of a democratic society, assuming a commitment to respect for citizens and citizenship, as teaching is built on plurality and on the idea that students are not capable of building their knowledge alone. of the world. Therefore, the present work is research with a qualitative and bibliographical approach, carried out using the electronic databases Scielo and Google Scholar, with the aim of highlighting the challenges faced by educational institutions and teachers to include students with Autism Spectrum Disorder in Physical Education classes in elementary school. It is understood that for inclusion it is necessary to adopt an educational method aimed at valuing diversity, and committed to building an inclusive society and not just adaptable to the discipline. When it comes to students with Autism Spectrum Disorder, to start developing activities within the school environment, it is necessary for the teacher to know each student and their individualities, in order to make the necessary adaptations, therefore, dialogue between students is essential. involved throughout the adaptation process in society. Furthermore, it is worth highlighting that ensuring that inclusion is effective is not just the responsibility of the Physical Education teacher and his teaching methodology, but requires collective efforts from the entire school and community.

Keywords: School Physical Education; Autism Spectrum Disorder; Educational Inclusion.

1. Instituto Federal de Goiás/Campus Formosa
2. Núcleo de Pesquisas em Biomecânica Ocupacional e Qualidade de vida - NPBOQV
3. Universidade da Amazônia – UNAMA
4. Faculdade de Ciências Sociais e Agrárias de Itapeva- Fait
5. Programa de Pós-graduação em Medicina Translacional, Universidade Federal de São Paulo.
6. Instituto Federal de Goiás/Campus Jataí
7. International Society of Human Movement Sciences - ISHMS

Autor de correspondência

Beatriz dos santos

biadossantos478@gmail.com

DOI: [10.36692/V16N2-73R](https://doi.org/10.36692/V16N2-73R)

INTRODUÇÃO

Atualmente, a abordagem do assunto sobre a inclusão de pessoas com deficiência no ambiente escolar está em evidência, tema esse que é fruto de um movimento maior, o de inclusão social, decorrente da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) ⁽¹⁾ e efetivada pela Lei Nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN ⁽²⁾. De acordo com CFB, em seu artigo 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza [...] no artigo 6º, São direitos sociais a educação [...]”, seguindo, o artigo 205, garante que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” ⁽¹⁾.

Pessoa com deficiência, segundo o art. 2º da lei 13.146 de 6 de julho de 2015:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas ⁽³⁾.

Incluir é garantir que todos tenham acesso aos conhecimentos historicamente acumulados, sistematizados, organizados e ampliados,

adequando se às necessidades de aprendizagem de cada indivíduo, ao mesmo tempo que sejam atribuídos sentido e significado às suas aprendizagens. Entretanto, apesar da inclusão de alunos com deficiência ser assegurada pela legislação brasileira, na escola sua efetivação no cotidiano ainda é uma realidade distante, para que isso se concretize é necessária uma reorganização do trabalho escolar, ressignificando as práticas cotidianas de todos que compõem a escola a fim de garantir o respeito à singularidade de cada um dos sujeitos nela inseridos ⁽⁴⁾.

Ainda, segundo a UNESCO ⁽⁵⁾, a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais, também denominados de Pessoas Com Deficiência-PCD, em classes regulares se apresenta como a forma mais avançada de democratização das oportunidades educacionais ⁽⁶⁾.

De acordo com Ferreira & Daolio ⁽⁷⁾, propostas educativas homogêneas, com estratégias excludentes não possuem eficácia para dar conta da diversidade encontrada nos ambientes escolares e, do mesmo modo, nas aulas de Educação Física-EF. Isto se dá porque os conhecimentos que devem ser construídos durante as aulas devem ser vivenciados pelo corpo dos alunos. Quando considerado que, ao chegar à escola, os alunos trazem, de modo singular, sua bagagem adquirida em seu ambiente de inserção, e práticas como andar, correr e saltar, são comuns no cotidiano, transformando-se, no decorrer da história, em códigos, e está “codificação” é o objeto de ensino da EF na escola ⁽⁸⁾.

De acordo com Silveiro et al. ⁽⁹⁾, as práticas corporais, são benéficas para todos, sendo em momentos de lazer, “contribuindo para a melhora da qualidade de vida, proporcionando bem estar físico e mental”, assim como na escola, como conteúdo temático das aulas de educação física. Elas podem e devem ser praticadas por todos sem restrições de idades, raças e quaisquer características físicas, inclusive por Pessoas Com Deficiência-PCD ⁽⁶⁾.

Sendo assim, observa-se que a escola possui um papel importante no processo de inclusão, destacando a disciplina de EF que é componente obrigatório do currículo escolar da educação básica, e contribui para que a inclusão ocorra, respeitando a diversidade humana, as diferenças individuais e as condições adaptativas que os alunos podem adquirir com as aulas. A mesma possui a finalidade de introduzir o aluno na cultura corporal do movimento, permitindo o desenvolvimento de análises críticas, conhecer, compreender e reconstruir esta cultura ⁽¹⁰⁾.

Dessa forma, o presente trabalho trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa, pois foi elaborado a partir de material publicado em bases de dados eletrônicos do Scielo, Google Acadêmico e legislação, utilizando como principais termos de pesquisa EF escolar, inclusão, deficiência, sem restrição de data e ano da publicação, além de uma busca manual nas referências de cada artigo revisado, e tem por objetivo: Identificar possíveis desafios enfrentados pelas instituições de ensino e pelos

docentes de EF para inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro autista-TEA em suas aulas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O acesso à educação é um direito constitucional com garantia universal que contempla a todos os sujeitos, assegurado pela Declaração Universal de Direitos Humanos e reforçado pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos ⁽⁵⁾.

Inclusão no Ambiente Escolar

A inclusão é um ato que está contemplado no paradigma de uma sociedade democrática, assumindo um compromisso com o respeito aos cidadãos e à cidadania, pois, o ensino se constrói na pluralidade e na ideia de que os alunos não são capazes de construir sozinho seu conhecimento de mundo ⁽¹¹⁾. Sua evolução se dá de forma consciente, sendo essencial para o desenvolvimento emocional e psicológico dos alunos com necessidades especiais, mas não somente, ela inclui a todos que sofrem qualquer tipo de exclusão no ambiente escolar ⁽¹¹⁾. Trata-se de uma concepção de ensino contemporânea para garantir o direito de todos à educação com igualdade de oportunidades, equidade e a valorização das diferenças humanas, atendendo às suas necessidades individuais, e a escola, tem papel de facilitadora do processo inclusivo, a mesma deve se preparar para atender os

alunos, individual e coletivamente, buscando o desenvolvimento e a construção social do indivíduo⁽¹²⁾.

Diferentemente do sistema da integração que focalizava apenas o indivíduo, o sistema da inclusão está voltado para todo o âmbito escolar o qual o mesmo está inserido. Como explícito em Educação: “O processo de inclusão pode se dar, por exemplo, por meio da Educação Especial”. Essa modalidade de ensino está prevista na Constituição da República Federativa do Brasil-CRFB e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional-LDBEN e em diversos documentos e legislações nacionais^(1,2).

De acordo com Cardeal; Melo⁽¹³⁾, a integração do aluno na rede regular de ensino não é suficiente, por isso será preciso incluí-lo. Assim sendo, faz-se necessário contemplar no Projeto Político Pedagógico-PPP o tema Educação Especial, na qual, prepara a escola, norteador ações, adaptando espaços para atendimento de todos, além da organização de todos componentes da instituição escolar, visando a igualdade de condições, independentemente de ser um aluno com deficiência ou não⁽¹³⁾.

Transtorno Do Espectro Autista

Muito se tem falado nos últimos anos sobre o Transtorno do Espectro Autista-TEA, que é compreendida como uma síndrome comportamental complexa de múltiplas etiologias, combinando fatores genéticos e ambientais. As bases biológicas, até o presente momento, estão

em busca de uma explicação da complexidade do transtorno que são apenas parcialmente conhecidas e, por causa disso, a identificação e diagnóstico baseia-se em comportamentos apresentados e na história do desenvolvimento de cada indivíduo⁽¹⁴⁾.

Segundo a OMS⁽¹⁵⁾, estima-se que 1 a cada 100 crianças possua autismo, que pode ser diagnosticado ainda na primeira infância, com nível de funcionamento intelectual variando desde uma deficiência profunda até níveis superiores. Sendo o TEA um transtorno de neurodesenvolvimento caracterizado por algum grau de dificuldade na interação social e comunicação com seus pares, padrões atípicos de atividades e comportamentos, como foco em detalhes e reações incomuns às sensações. E ainda apresentam condições como epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade, concomitantes com o TEA, além de comportamentos desafiadores, dificuldades para dormir e automutilação⁽¹⁵⁾.

De acordo com o Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders-DSM-V⁽¹⁶⁾, o TEA pertence à categoria denominada transtorno de neurodesenvolvimento, sendo definido como um distúrbio do desenvolvimento neurológico presente desde a infância do indivíduo, apresentando déficit em duas áreas: sócio-comunicativa e comportamental (comportamentos fixos ou repetitivos). O TEA revela-se em combinações de sintomas e graus de severidade diferentes, associados ao coeficiente

intelectual (QI), alterando de moderado a profundo (abaixo de 70); sendo que 10 a 20% das crianças apresentaram escores dentro da variação normal. Podendo ainda, variar do retardo mental severo, que é o autismo de baixo funcionamento, até o quociente de inteligência (QI) normal ou superdotado, que é o autismo de alto funcionamento. Uma forte evidência da multicausalidade é o fato da existência de autistas tão diferentes entre si⁽¹⁷⁾.

Vieira e Santos⁽¹⁸⁾ afirmam que é possível a compreensão devido ao uso da nomenclatura atual, Transtorno do Espectro Autista, abrange distintos níveis do transtorno, classificando-os em leve (nível/grau 1), moderado (nível/grau 2) e severo (nível/grau 3).

A pessoa com TEA muitas vezes apresenta algumas dificuldades que causam impacto na educação, nas oportunidades de emprego e envolvimento e participação nas suas comunidades. Alguns fatores como as atitudes sociais e o nível de apoio prestado pelas autoridades locais e nacionais são importantes e determinam a qualidade de vida. Mas as necessidades e habilidades das pessoas autistas variam de indivíduo para indivíduo, obtendo ou não evolução com o tempo, e acompanhamento adequado⁽¹⁵⁾.

Apesar de todas as respaldoos legais que asseguram os direitos do público com TEA, infelizmente, ainda sim, estão frequentemente sujeitos a estigmas e discriminações, o que inclui a privação injusta de cuidados de saúde, e acesso oportuno a intervenções psicossociais⁽¹⁵⁾.

A Educação Física Escolar

As escolas devem estar preparadas e dispostas a acolher a todos, dando-lhes liberdade para desenvolverem ao máximo suas capacidades, assim como é de suma importância o reconhecimento por parte do professor de suas dificuldades, para que esteja sempre em busca de abordagens para minimizar as diferenças e barreiras, incluindo seu aluno com Transtorno do Espectro Autista-TEA em suas aulas, e agindo em prol da inclusão escolar, e consequentemente trabalhando para a inclusão social deste indivíduo⁽¹⁹⁾.

Seguindo o pressuposto do Estatuto da Pessoa com Deficiência⁽³⁾, a Educação Física-EF é componente curricular obrigatório, que aborda práticas corporais em suas diversas formas de codificação e significação social produzidas por diversos grupos sociais no decorrer da história. Nesse contexto, o movimento humano está interligado ao âmbito da cultura.

Embora a EFE seja uma disciplina muito importante, muitas vezes seu valor no currículo é subestimado⁽²⁰⁾. Nessa perspectiva, quando introduzida no ambiente escolar, a EF propicia o desenvolvimento de potencialidades dos alunos para que os mesmos tenham condições de participar, sem seleção, visando a construção do indivíduo e a promoção da cidadania⁽²¹⁾.

Para os alunos com Transtorno do Espectro Autista-TEA não é diferente, pois as aulas de Educação Física poderão proporcionar atividades para o desenvolvimento integral

em seus aspectos motor, cognitivo e social possibilitando à mesma autonomia, criticidade e reflexão, levando o aluno a geração de valores e objetivando a construção social do indivíduo⁽¹²⁾. Entretanto, a disciplina traz consigo dificuldades para ser vencida na escola e na sociedade⁽¹⁹⁾.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educação física escolar: Desafios e Inclusão dos Alunos com Transtorno do Espectro Autista

A finalidade da disciplina de EF é incluir os alunos, com TEA, realizando adaptações teóricas e práticas e lhes apresentando o ambiente escolar. O desenvolvimento da EF no ensino de pessoas com TEA favorece a aprendizagem e desenvolvimento integral. Mas, para sua eficácia, os professores da disciplina devem conhecer, entender as limitações e capacidades de cada⁽²⁰⁾.

De acordo com Darido⁽²⁰⁾, a EFE contribui para a inclusão escolar dos alunos por via dos diversos eixos que a compõem, de uma forma ampla de modo que proporciona o ensino e que se relacionam afetivamente, sendo o esporte um deles, e através dele é possível a superação de diversas barreiras.

Inúmeras vezes, o educando Pessoa Com deficiência-PCD, é dispensado das aulas de EF ou ficam sujeitos a observação das atividades enquanto os colegas participam, o que evidencia a segregação, a falta de preparo do profissional e

o hábito da não participação dos alunos PCD⁽²²⁾.

Como evidenciado por Kistt; Gonçalves⁽²³⁾ ao analisar 7 estudos os desafios e estratégias encontradas pelos professores de Educação Física em suas aulas para a inclusão de estudantes com TEA, publicados entre os anos 2016 a 2020, entre os desafios encontrados pelos professores estão a falta de formação sobre a temática da inclusão bem como as diferentes características que apresentam os sujeitos com TEA fica destacada. Além da falta de ambientes com estrutura, e a má remuneração dos professores, considerando que para promover a educação, inclusão e participação desses alunos é preciso um atendimento mais assistido que os demais alunos⁽²³⁾.

Ribeiro⁽²⁴⁾, afirma que a grande parte das instituições escolares, infelizmente, ainda não se encontram preparadas para encarar o cenário desafiador de promover um acolhimento adequado para os educandos com TEA, devido a defasagem de qualificação dos profissionais, materiais didáticos e ambiente adequado para recebê-los.

Já Coqueiro; Fiorini; Mello⁽²⁵⁾, realizou uma pesquisa de campo descritiva, com 10 professores atuantes na rede municipal de ensino, de uma cidade no Centro-Oeste Paulista, os quais responderam um questionário de 11 perguntas abertas relacionadas ao tema. Foi possível a identificação que os professores de EF souberam definir o TEA, assim como, relataram a importância das aulas de Educação Física para

o desenvolvimento geral do aluno com TEA, entretanto, algumas questões controversas foram abordadas como a falta do diagnóstico do aluno, de apoio da escola e de conhecimento do professor sobre o tema.

A promoção de aulas de EF de qualidade é um desafio tanto para os docentes quanto para os alunos, pois, as atitudes do educando frente ao novo ambiente e aos diferentes estímulos podem causar desconforto, como estereotípias, dificuldade em obedecer às regras, visando que cada autista tem seu nível, particularidades e habilidades diferentes⁽²⁶⁾.

Possibilidades de Adaptações curriculares nas aulas de Educação Física

É essencial o conhecimento, por parte do educador, referente a deficiência do aluno que irá trabalhar em sala de aula, para incluí-lo em seu planejamento, pois o desenvolvimento do educando no decorrer do ano letivo dependerá disso, facilitando adaptação de forma apropriada para o aluno nas atividades, que o auxilie no aprimoramento de habilidades e descoberta de outras. O Professor tem o importante papel de estimular as possibilidades e potencialidades do aluno com TEA, utilizando atividades lúdicas e jogos adaptados às necessidades de cada indivíduo ou grupo⁽²⁶⁾.

O esporte adaptado é uma área que possui impacto na inclusão, e no desenvolvimento dos alunos de modo global. Mas, além do conhecimento das características dos alunos por

parte do professor, e das metodologias usadas nesse processo de ensino, é necessário o apoio da escola aos educadores, devendo recorrer a formações continuadas, porque, de modo geral, elas ofertam o norte para prepará-los para a diversidade, auxiliando nos planejamentos e avaliações, delimitando as metas e método⁽²⁷⁾.

De acordo com Santiago & Oliveira⁽²⁸⁾, as adaptações para alunos com TEA devem ser personalizadas de acordo com as individualidades de cada indivíduo, adotando avaliações individualizadas; flexibilização curricular; comunicação alternativa e instruções visuais; rotina e previsibilidade adotada de forma clara e previsível, e mantendo comunicação com a família para suporte; suporte sensorial e social; modificações no ambiente; parcerias com os profissionais do AEE.

As aulas de EFE, devem promover aos alunos com TEA, a igualdade de participação em relação aos demais alunos, realizando adequações de acordo com as necessidades individuais de cada um e objetivos a ser atingido, de forma que os mesmos se sintam parte ativa do processo que sendo desenvolvido⁽¹²⁾. O papel do professor de EF, deve considerar as especificidades do educando, limitações e capacidades, e seguir metodologias de ensino diferenciadas, com a finalidade da promoção de socialização, via atividades enaltecidas das características individuais e a participação ativa do educando⁽¹⁹⁾.

É crucial, continuamente, realizar adaptações nas abordagens diante da evolução

das necessidades do aluno, e com base nas pesquisas mais recentes sobre práticas para a inclusão de estudantes com TEA. Ademais, a efetiva colaboração entre a família, professores, profissionais de apoio e toda a comunidade escolar é fundamental para o sucesso da inclusão no ambiente escolar⁽²⁸⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a escola é um ambiente composto por uma ampla diversidade, logo se torna um facilitador da inclusão, contudo, na escola sua efetivação no cotidiano ainda é uma realidade distante, para a concretização é necessária uma reorganização do trabalho escolar, ressignificando as práticas cotidianas de todos que compõem a escola a fim de garantir o respeito à singularidade de cada um dos sujeitos nela inseridos.

Por conseguinte, foi possível a identificação de alguns desafios enfrentados pelas instituições de ensino e pelos docentes de EF para inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro autista-TEA em suas aulas, como as diferentes características do educando com Transtorno do Espectro Autista-TEA, a falta de formação profissional, de estrutura e apoio da instituição escolar.

Diante disso, compreende-se que para a inclusão é preciso a adoção de um método educacional voltado para a valorização da diversidade, e comprometida com a construção

de uma sociedade inclusiva e, não apenas adaptar à disciplina. Se tratando do educando com Transtorno Do Espectro Autista-TEA, para iniciar o desenvolvimento de atividades dentro do ambiente escolar, é necessário que o professor conheça cada aluno com TEA e suas individualidades, para assim realizar as adaptações necessárias, por isso, é indispensável o diálogo entre os envolvidos durante todo o processo de adaptação na sociedade. Visando que a relação dos profissionais com a família é fundamental para o desenvolvimento do indivíduo, permitindo avanços significativos no âmbito e educacional, quanto no social.

Ademais, o órgão competente deve promover formações continuadas, com métodos inovadores pedagógicos de capacitações dos educadores para que seja efetivado um ensino a de qualidade adequado, assim como, disponibilização de material didático e reforma da infraestrutura das instituições escolares ofertar o acesso facilmente a atendimento/acompanhamento com outros profissionais como cuidadores, psicólogos, fonoaudiólogos, fisioterapeutas, neurologistas, entre outros.

E ainda, cabe ressaltar que garantir que a inclusão seja efetivada não é responsabilidade apenas do professor de Educação Física e sua metodologia de ensino, mas, requer esforços coletivos de toda a escola e comunidade.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. In: Presidente da República [2016], editor. Brasília, DF1988.
2. BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. LDB - Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. 1996.
3. BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). 2015.
4. Freitas AFS, Leucas CBD, editors. O desafio da inclusão: o professor de Educação Física e a construção do processo de ensino e aprendizagem com a participação de um aluno com deficiência. Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e III Congresso Internacional de Ciências do Esporte; 2009.
5. UNESCO. Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais 1994 [Available from: <https://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>].
6. Martins LT, Venditti Junior R, Tertuliano IW, Brum AN, Lima ME, Rocha TCA. Inclusão de pessoas com deficiência na educação física escolar: um desafio possível ou utopia? Caderno de Educação Física e Esporte. 2019;17(2):185-92.
7. Ferreira FM, Daolio J. Educação física escolar e inclusão: alguns desencontros. Kinesis. 2014;32(2).
8. Soares AM, Cavalcante Neto JL. Avaliação do Comportamento Motor em Crianças com Transtorno do Espectro do Autismo: uma Revisão Sistemática. Revista Brasileira de Educação Especial. 2015;21.
9. Silveiro EK, Freitas AR, Justino JL, Castro MR, Machado S. O Lazer e a Influência das Práticas Corporais Alternativas na Qualidade de Vida de Adultos e Pessoas na Terceira Idade da Cidade de Bebedouro. Rev Coleção Pesquisa em Educação Física. 2003;1(1).
10. Betti M, Zuliani LR. Educação Física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. 2009;1(1).
11. Silva KCdP, Andrade JMdCPd, Silva AJG, Senário FFF, Carvalho Tsd, Piuco S. Formação continuada ao docente para o emprego das tecnologias de informação e comunicação. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar. 2024;5(4):e545123.
12. Santos AO, Silva FOD, Silva GOD, Matos VLS. Inclusão do aluno com transtorno do espectro do autismo em uma escola municipal baiana. Revista Inter-Ação. 2024;49(1):450-62.
13. Cardeal FMdS, Melo AdS. Relato de experiência da atuação do atendimento educacional especializado para adaptação e inclusão de uma aluna com cegueira. III CINTEDI. 2023.
14. Zanon RB, Backes B, Bosa CA. Identificação dos primeiros sintomas do autismo pelos pais. Psicologia: Teoria e Pesquisa. 2014;30.
15. WHO. Autism 2023 [Available from: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/autism-spectrum-disorders?gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwxqayBhDFARIsAANWRnSBc-FKLdM0JrVLdfWUtbjuEx4wOkmzW-kmzG8eWW7OkxgZEIDUHcgaApZUEALw_wcB].
16. APA. Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: Fifth Edition. DSM-5 Update2018.
17. Salles LGS, Silva AHLdS. Tratamento odontológico em pacientes com transtorno do espectro autista. Scire Salutis. 2022;12(4).
18. Santos RKd, Silva AMECd. Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): do reconhecimento à inclusão no âmbito educacional. Revista Includere. 2017;3(1).
19. Beckert CM. A Inclusão de Alunos com Transtorno de Espectro Autista (TEA) na Educação Física na Percepção dos Professores. Lages: UNIFACVEST; 2023.
20. Darido SC. Educação Física: Questões e reflexões na escola. Rio de Janeiro2008.
21. BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais. In: Fundamental MdEedDSdE, editor. Brasília1997.
22. Maia J, Bataglion GA, Mazo JZ. Alunos com transtorno do espectro autista na escola regular: relatos de professores de educação física. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada. 2020;21(1).
23. Kistt T, Gonçalves PdS. Desafios e estratégias na prática docente de professores de educação física com estudantes com transtorno do espectro autista. 2021.
24. Ribeiro TF. Formação do professor com ênfase no transtorno do espectro autista-(TEA) na educação infantil. Humanidades e Tecnologias (FINOM). 2024;34(1):469-86.
25. Mello LAd, Fiorini MLS, Coqueiro DP. Benefícios da educação física escolar para o desenvolvimento do aluno com transtorno do espectro autista na percepção dos professores. Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada. 2019;20(1).
26. Gaiato MHB, Zotesso MC, Silveira RdR, Ferreira L. Análise comparativa do comportamento verbal nos três níveis de suporte do autismo. Revista Psicologia, Diversidade e Saúde. 2024;13:e5328.
27. Copetti JR. A Educação Física escolar e o autismo: um relato de experiência no Instituto Municipal de Ensino Assis Brasil (IMEAB) no município de Ijuí (RS) [Trabalho de Conclusão de Curso]. Ijuí: UNIJUI; 2012.
28. Santiago CBS, Oliveira AFTdM. A inclusão do aluno autista: um estudo sobre as adaptações curriculares. Anais do Seminário Nacional de Educação Especial e do Seminário Capixaba de Educação Inclusiva. 2020;3(3).

Observação: os/(as) autores/(as) declaram não existir conflitos de interesses de qualquer natureza.